

Aqui, em Salto, foram 40 toneladas de peixes mortos. Pirapora do Bom Jesus e aquela região toda, as espumas tomam conta da cidade com produtos químicos jogados pelas indústrias. Os resíduos são jogados nos rios Pinheiros e Tietê. Em Mariana, os produtos químicos de material pesado destroem - uma empresa privada, que foi privatizada pelo PSDB, pelos tucanos, está lá a destruir a vida.

Será que só existem problemas no país e não há aqui no estado de São Paulo? Está tudo tranquilo? Quando a gente assiste milícias assassinando jovens pelo estado agora e quando a gente vê as escolas sendo fechadas e os jovens sendo presos dentro das escolas, crianças sendo presas dentro das escolas. São várias escolas, mais de 100. Eu sei que lá em Osasco tem uma meia dúzia e, certamente, escolas que precisam de reformas. Eu visitei o Aureliano na Vila Menck. Não tinha água na escola; o banheiro dos professores era um tambor.

Como deputados estaduais, nós não podemos esquecer que São Paulo também tem problemas que precisam ser resolvidos. Tem alguns, mas são muito mais, assim como a cultura. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolço. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damásio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafra. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Nós estamos com um problema sério de água contaminada em Mogi das Cruzes. Essa é a água que sai nas nossas torneiras. Realmente, a população está apavorada. Nós temos um problema com manganês. Talvez evitasse que tivéssemos o Aedes aegypti, mas não. Temos casos de chikungunya, de dengue e do zika vírus, que provavelmente pode levar à microcefalia do feto pela adaptação que o mosquito da dengue está fazendo. Ele está se adaptando à água suja e à água limpa. Ele está mais sabido do que nós.

Desde o ano passado estamos apelando ao governo do Estado para que aumente e ajude os municípios a fazer o combate da dengue. Vamos ter um problema mais sério neste ano do que aquele que ocorreu no ano passado. Há municípios que já estão com três vezes mais o número de pacientes contaminados por dengue.

O problema com o zika vírus acontece quando o mosquito pica uma gestante entre a primeira e a 12ª semana de gestação, período de formação do feto. Isso ainda está sendo estudado. Digo isso porque sou médico obstetra. Está sendo feito um estudo dos casos de microcefalia que podem estar sendo causados pelo Aedes aegypti.

Este é um País totalmente subdesenvolvido onde se tem que gastar muito com a Educação. Aliás, quero parabenizar todos os alunos que têm feito essa ocupação pacífica nas escolas. Parabéns. Estamos precisando de líderes e de jovens trabalhando justamente para mostrar que existe o erro do secretário. O secretário erra. Nós, deputados, erramos também, não é só o secretário que erra. O governador tem que reconhecer o erro, tem que voltar atrás.

Temos que pensar em ensino técnico. Que se faça a adaptação dessas escolas. Há algumas que estão até destruídas por falta de reformas. Façamos a adaptação para que se tenha curso técnico, como o Via Rápida. A ideia do Via Rápida nasceu aqui. Na campanha do governador Geraldo Alckmin eu disse a ele para fazer o EJA profissionalizante. Trata-se de um projeto desta Casa para o ensino profissionalizante de jovens e adultos - cursos de garçom, de pedreiro, de servente, por exemplo. Realmente a situação é muito delicada.

Falando em contaminação de água, quero fazer um protesto sobre o que está acontecendo em decorrência do rompimento da barragem em Mariana. Peça que seja projetada no telão uma fotografia publicada no jornal "Folha de S. Paulo".

* * *
- É feita a exibição da fotografia.
* * *

Essa foto mostra a água totalmente contaminada que está chegando ao mar do Espírito Santo. Quantos anos vão levar para a recuperação? Há algas, há desova de peixes e agora estamos com essa contaminação, que já chegou ao mar. Pescadores estão sem poder pescar e as pessoas que dependem do Rio Doce para o abastecimento de água estão sem água para beber. Essas empresas simplesmente não estão fazendo a conduta que tem que ser feita.

Acho que o Ministério do Meio Ambiente tem que realmente ir para cima disso, tem que ser feita alguma coisa. Neste momento já houve contaminação de tudo, mas vejamos a situação a que estamos chegando no Brasil. Temos que fazer uma correção da maneira de se fazer uma mineradora. Não podemos deixar que a população não tenha como sobreviver. Quantos anos vão passar para a recuperação dessas praias? Isso não vai acontecer só no Espírito Santo. A lama vai chegar ao Rio de Janeiro, um pouco em São Paulo e no sul da Bahia. É uma situação bastante delicada. Estamos com uma preocupação muito grande.

Temos falado de diversos assuntos. Os deputados deste maior Parlamento, depois do Congresso Nacional, têm feito levantamentos sobre problemas estaduais, problemas de medicamentos, problemas de Educação. Ainda estamos trabalhando sobre a questão da Educação, sobre o Meio Ambiente, em relação às contaminações existentes.

O parlamentar está aqui para isso, para falar e para pedir ao Poder Executivo que resolva, que ajude. O Poder Executivo tem que ouvir os parlamentares, seja o federal, o estadual, que é o nosso caso, ou o municipal.

Os investimentos, que hoje são pequenos devido à queda do nosso PIB e à situação delicada que vivemos, precisam ser feitos, principalmente nas áreas de Educação, Cultura, Esportes e Meio Ambiente. Não podemos deixar de fazer esses investimentos.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Luiz Carlos Gondim e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos. Está suspensa a sessão.
* * *

- Suspensa às 15 horas e 31 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 34 minutos, sob a Presidência da Sra. Célia Leão.
* * *

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - ART. 82 - Sra. Presidente, nobre deputada Célia Leão, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectador da TV Assembleia do nos assiste da Capital, do Interior Paulista, da Baixada Santista, da Grande São Paulo, eu gostaria, primeiramente, de registrar a honrosa presença de alunos da FMU de São Paulo, que estão reunidos na Assembleia Legislativa trazendo gravíssimas denúncias contra essa instituição de ensino.

A FMU foi agora comprada, incorporada por uma empresa de educação estrangeira, americana, Laureate, que já havia incorporado a Anhembim Morumbi. Após essa incorporação, a instituição, a FMU está sendo totalmente degradada, sucateada. Os alunos trouxeram denúncias seriíssimas em relação a esse fato. Demissão de professores com mestrado e doutorado, professores que lecionavam há um bom tempo na FMU foram demitidos por conta dessa incorporação.

As salas estão sucateadas, não tem iluminação o suficiente, os banheiros estão abandonados, são várias as denúncias que ouvimos hoje, mas que já tínhamos ouvido no semestre passado. Inclusive fizemos aqui, na Assembleia Legislativa, uma audiência pública, denunciando esse fato, mas parece que nossa denúncia e nossa audiência pública não adiantaram, porque a instituição continua sucateando e degradando ainda mais o ensino, o que é muito grave.

Vamos tomar algumas providências, acionar a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, entrar com denúncias no Ministério da Educação e no Conselho Estadual de Educação, porque é um absurdo que o MEC não fiscalize as universidades privadas no Brasil. O MEC está se omitindo e no Conselho Nacional também não há fiscalização. Parece-me que o Ministério da Educação está a serviço desses grupos econômicos, a serviço dessa lógica da Educação como mercadoria.

Logicamente, agora que a FMU é controlada por um fundo de investimento, ela não tem dono ou cara. As pessoas que investem na FMU, no fundo de investimento, estão preocupadas com o lucro, em ter dividendos, não com a qualidade de ensino, com as condições de funcionamento da universidade, se tem boa iluminação, ventilação, se tem professores qualificados, com formação em mestrado, em doutorado. Isso não interessa para quem investiu no fundo de investimento da FMU.

Elas só estão preocupadas com o lucro, com o retorno econômico e financeiro, mas quem paga a conta é o aluno, que paga uma mensalidade caríssima, os funcionários e os professores, que são explorados. Há uma diminuição, inclusive, salarial dos novos professores, que são contratados, muitos deles sem formação, sem mestrado, sem doutorado.

Tudo isso está acontecendo com a omissão do governo. O poder público se omite, faz vistas grossas. Os alunos, muitas vezes, nem tem a quem recorrer, por isso vieram à Assembleia Legislativa. Estamos organizando um grande ato para o dia 27, às 19 horas, no prédio da Liberdade, 899. É importante que todos os alunos participem desse ato. É um ato de protesto, de denúncia contra a destruição, contra o sucateamento e contra essa lógica imposta por uma instituição que até que tinha certo respeito, certo nome no estado de São Paulo. Mas, pelo jeito, se a lógica for do lucro em detrimento da qualidade de ensino, em pouco tempo tudo esse patrimônio construído historicamente pela FMU será jogado na lata de lixo, será destruído.

Vamos acionar, como eu disse, a Comissão de Educação. Vamos acionar também o MEC. Onde está o MEC? O Ministério da Educação tem que tomar providências, o Conselho Nacional de Educação. Vamos acionar o Ministério Público Federal e também o Ministério Público Estadual, para que haja uma investigação, uma pressão em cima da instituição, e os alunos sejam respeitados, porque eles merecem. Eles pagam caro e merecem ter acesso a um curso com qualidade, e não nas condições em que eles estão estudando, hoje. Eles sofrem, hoje, com a falta de infraestrutura humana e material, além de outras denúncias que foram feitas e vamos encaminhar aos órgãos competentes.

Quero parabenizá-los pela mobilização, por estarem aqui, hoje, na Assembleia Legislativa, chamando a atenção do Parlamento paulista para esse desrespeito a vocês, estudantes da FMU.

Registro: haverá um grande ato no dia 27. Vamos convocar a Reitoria e os representantes da FMU na Comissão de Educação, para que eles venham explicar essa destruição, esse sucateamento e essa agressão aos direitos dos alunos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Agradecemos a presença dos alunos e alunas da FMU, nesta tarde, na Assembleia Legislativa.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão por 30 minutos. Está suspensa a sessão.
* * *

- Suspensa às 16 horas e 41 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 09 minutos, sob a Presidência do Sr. Jooji Hato.
* * *

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito a suspensão da sessão por 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental, pelo que a Presidência suspende a sessão por mais 30 minutos por acordo de lideranças.

Está suspensa a sessão.
* * *

- Suspensa às 17 horas e 09 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 46 minutos, sob a Presidência do Sr. José Zico Prado.
* * *

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresenta a seguinte questão de ordem.

“Questão de Ordem/2015

Requer esclarecimento e tomada de providências para cumprimento do disposto no art. 246 do Regimento Interno

Com fundamento no artigo 260 e seguintes do Regimento Interno, formulo a Vossa Excelência a presente questão de ordem, cumlulada com pedido de suspensão de tramitação de projetos, a fim de obter o entendimento e na sequência a tomada de providências, se julgadas pertinentes, quanto ao disposto no art. 246 do referido Regimento Interno, formulando-a nos seguintes termos:

Dos Fatos

Foram aprovados recentemente pela Assembleia Legislativa de São Paulo os seguintes projetos:

- o PL 1404/2015, que altera a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, representando um acréscimo de recursos estimados na ordem de R\$ 2 bilhões de reais, conforme informação do site do Governo do Estado de São Paulo - vide <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia2.php?id=243088&c=5331> e da mídia - <http://m.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1699471-alkmin-quer-icms-maior-de-cerveja-e-cigarro-e-tributo-menor-de-remedio.shtml>

- o PL 1405/2015, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Estado de São Paulo, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000, representando um acréscimo de recursos da ordem de aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano e até 2018 uma receita a maior de R\$ 3 bilhões;

- o PL 1406/2016, que institui o Programa de Parcelamento de Débitos - PPD 2015 no Estado de São Paulo e dá outras providências no âmbito do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, representando um acréscimo de recursos estimado na ordem de aproximadamente R\$ 400 milhões.

Ademais, em 13 de novembro pp foi publicado o Decreto 61.625, instituindo novo PEP - Especial de Parcelamento - PEP do ICMS - DOC 01, sendo certo que o último PEP do ICMS gerou efetivamente receitas em torno de 9,5 bilhões, relativos aos últimos 2/3 anos - vide em <http://www.fazenda.sp.gov.br/publicacao/noticia.aspx?id=2449> e DOC. 02

Ocorre que o Projeto de lei do Plano de Plurianual para 2016-2019 - PL 1137/2015 e o Projeto de Lei Orçamentária para 2016 - PL 1298/2015, que tramitam nesta casa, não têm previsão acerca de tais receitas, que somam valores estimados em R\$ 12,9 bilhões para os próximos anos.

Do Direito

A Lei Federal que disciplina a matéria, 4320/64, é clara: Art. 3º A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. (...)

Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Por leis de orçamento, posto desta forma geral, entendem-se as leis a) do plano plurianual, b) de diretrizes orçamentárias e c) do orçamento anual, nos termos do art. 165 da Constituição Federal.

O Regimento Interno da Alesp dispõe:

Artigo 246 - Os projetos de lei serão elaborados pelo Governador e remetidos à Assembleia: (...)

§ 4º - O Governador poderá enviar mensagem à Assembleia propondo modificações nos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, enquanto não iniciada, na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a votação da parte cuja alteração é proposta.

A partir do acima exposto, desnecessa-se a necessidade da inclusão das receitas decorrentes da aprovação dos PLS 1404/2015, 1405/2015 e 1406/2015 e no Decreto 61.625/2015 nos supra referidos PL 1137/2015 e PL 1298/2015 posto que não iniciada na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a votação dos referidos PLS.

Entende-se que cabe ao Executivo o envio de mensagens a respeito de tais receitas, modificando os PLS de PPA e LOA que já enviou.

De fato, no caso em tela, é preciso esclarecimento:

É de fato por mensagem do Governador de São Paulo que será suprida a ausência de valor em R\$ 12, 9 bilhões nas leis de orçamento, PLS 1137/2015 - PPA 2016-2019 e 1298/2015 - LOA 2016, valor estimado das receitas decorrentes da aprovação dos PLS 1404/2015, 1405/2015 e 1406/2015 e Decreto 61.625/2015?

Conclusão

Não se admite que projetos de leis tão relevantes para organização do Estado e para o controle social do uso dos recursos públicos -, como o PL do PPA 2016-2019 e PL da LOA 2016, sejam tratados de forma tão amadora, deixando de incluir receitas de monta como as previstas e aqui mencionadas, decorrentes da aprovação dos PLS 1404/2015, 1405/2015, 1406/2015 e do Decreto 61.625/2015.

Causa espécie que até o momento o Governador de São Paulo, tão diligente em aumentar tributos, não tenha encaminhado mensagens modificando as leis orçamentárias em tramitação.

Isto posto, requer-se que, após análise pertinente desta Questão de Ordem, seja alcançada a conclusão que prestigia o melhor entendimento a respeito do cumprimento do disposto no art. 246, § 4º do Regimento Interno.

Para evitar o risco das leis orçamentárias não previrem todas as receitas cabíveis, como determina a Lei Federal 4320/64, requer-se a suspensão dos PLS 1137-2015 - PPA DE 2016-2019 e o PL 1298/2015 - LOA 2016, enquanto se analisa a presente Questão de Ordem e se aguarda as mensagens do Executivo pertinentes aos referidos PLS.

São Paulo, 24 de novembro de 2015.

Geraldo Cruz - Deputado Estadual
Líder da Bancada - Partido dos Trabalhadores
Relação dos Documentos Juntados
DOC DESCRIÇÃO
01 Notícia do site do Governo de São Paulo sobre arrecadação prevista para PEP - ICMS 2014
02 Decreto 61.625/2015 - PEP 2015”

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Esta Presidência recebe a questão de ordem do nobre deputado Marcos Martins e responderá oportunamente.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.
* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Há sobre a mesa um requerimento assinado pelo presidente, deputado Fernando Capez, que requer licença no período de 27 de novembro a 06 de dezembro do corrente ano, para o qual foi oficialmente convidado, a fim de representar esta Casa no Seminário para Líderes Políticos. Informa que as despesas correrão sem ônus para a Assembleia.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero deixar registrado na Assembleia Legislativa, no dia de hoje, que já estamos com mais de 150 escolas ocupadas no estado de São Paulo.

Para aqueles que achavam que os nossos jovens não tinham mais interesse pelas escolas, está aí a comprovação cabal de que a escola ainda tem uma simbologia muito grande para nossa juventude. E a juventude vive, de fato, que a escola pública seja pública na acepção profunda da palavra. E está ocupando essas escolas para barrar um projeto que está em curso na Secretaria da Educação e no Governo do Estado, que é de fechar 94 escolas e remanejar, e também o fechamento de salas de aula de cerca de mais de 700 escolas no estado de São Paulo.

Tenho visitado essas escolas que estão passando por esse processo, não só de ocupação, mas também escolas que vão sofrer fechamento de salas de aula.

Quero deixar registrado nesta Casa nossa total solidariedade com esses jovens, com os pais. É bonito de ver, na escola Professora Beatriz Caixeiro Del Cistia, em Sorocaba, pais da comunidade indo até a cozinha da escola para fazer a refeição para os alunos que estão ocupando a escola. A escola está recebendo professores, inclusive universitários, para darem aula, porque a ocupação é para defender a importância da escola pública e questionar essa política, que é uma política que não tem fundamento nenhum, que é uma política de fechamento de escolas, num momento em que todos já têm o entendimento da importância da Educação para o desenvolvimento do estado de São Paulo.

Portanto, quero aqui deixar registrado e parabenizar esses jovens, que estão dando uma aula de cidadania. O secretário não foi à audiência de conciliação no Tribunal de Justiça e não mandou nenhum assessor. Ele precisa mudar a política. Nós temos que ter uma política de ampliação e construção de novas escolas para reduzir o número de alunos nas salas de aula - e não uma política de fechamento de escolas.

Aproveitando o espaço, eu quero parabenizar os juizes do Tribunal de Justiça que votaram, de forma unânime, contra uma liminar do governo que pedia a reintegração de posse nas escolas. Nós tivemos uma decisão de um juiz de primeira instância, o governo recorreu, subiu ao Tribunal e três desembargadores votaram para que as escolas não fossem reintegradas. Todos nós sabemos que, se a polícia entrar nas escolas, com jovens e pais de alunos lá, nós poderíamos ter a repetição do que aconteceu de forma lamentável no estado do Paraná - toda aquela agressão aos servidores públicos, professores e estudantes.

Estão de parabéns os desembargadores e o juiz de primeira instância que reafirmaram em sentença que o governo precisa sentar e discutir com os professores, com os pais e, sobretudo, com os alunos da rede pública - e não usar da força para impor uma decisão que foi tomada de forma unilateral pelo secretário de educação e pelo governador.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu queria dar ciência aos deputados que, ontem, faleceu o coronel da Polícia Militar Reizon Nishi. Ele foi o primeiro nissei que ingressou na força pública após a Segunda Guerra Mundial. Ele era aspirante da turma de 1956 e representou a força policial paulista em diversas oportunidades perante a comunidade japonesa no Brasil e no Japão, onde recebeu várias homenagens.

Uma das curiosidades da vida do coronel Nishi é a construção do jardim japonês em frente ao quartel general da Polícia Militar.

Nossas condolências. O coronel foi sepultado no cemitério Congonhas, às 15h30m. Quero deixar um abraço a sua família. Mais um policial militar que tem uma história bonita e nos deixa.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 52 minutos.

* * *

25 DE NOVEMBRO DE 2015 146ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: MARIA LÚCIA AMARY, CARLOS CEZAR, DELEGADO OLIM, ADILSON ROSSI, CHICO SARDELLI e FERNANDO CAPEZ
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

Secretário: CORONEL TELHADA

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - ITAMAR BORGES

Agradece o apoio de seus pares para a criação da Frente Parlamentar da Indústria da Construção, cujo lançamento está previsto para a próxima segunda-feira, dia 30/11, na Fiesp. Avalia que o atual foco do desemprego concentra-se na construção civil. Cita parlamentares que conduzirão os futuros trabalhos da frente. Elenca, entre as propostas que serão debatidas, o fortalecimento da indústria da construção, as ferramentas de acompanhamento de obras, a segurança em edificações, a padronização dos códigos de obras municipais e a substituição tributária para materiais de construção.

3 - CARLOS NEDER

Discorre acerca de reclamação de parlamentares, que se queixam de baixa execução orçamentária de emendas apresentadas por eles. Lembra que nova legislação, em Brasília, garante recursos públicos a serem destinados para a sociedade por meio de deputados federais. Destaca a elaboração da PEC 14/15, de autoria do deputado Campos Machado, nos mesmos moldes do projeto da Câmara Federal. Aponta diferenças entre as proposições em âmbito federal e a estadual.

4 - CORONEL TELHADA

Discorre sobre a Segurança pública. Menciona caso de tentativa de assalto, presenciado no dia de hoje. Faz reflexões sobre o fato. Rememora ocorrências policiais. Comenta a prisão de senador.

5 - CARLOS GIANNAZI

Discorre sobre a reformulação na Rede Pública de Ensino. Reprova decisão do governador, de fechar escolas. Mostra fotos de escolas ocupadas por estudantes. Tece críticas à gestão tucana. Faz comentários sobre a pesquisa e a produção de medicamento de combate ao câncer.

6 - JOOJI HATO

Parabeniza o deputado Coronel Telhada pela atuação em defesa de cidadã, durante tentativa de assalto. Apresenta vídeos sobre a criminalidade.

7 - MARCOS DAMASIO

Tece comentários sobre projeto que visa estabelecer a emenda impositiva, em trâmite nesta Casa. Anuncia emenda parlamentar destinada à Prefeitura de Mogi das Cruzes. Acrescenta que os recursos serão destinados para a pavimentação de ruas. Destaca a importância, a seu ver, da aprovação do orçamento impositivo em âmbito estadual.

8 - CARLOS GIANNAZI

Retoma discussão sobre a reorganização da Rede Estadual de Ensino. Mostra fotos da Escola Tancredo Neves, que, adita, precisa de reformas emergenciais. Discorre sobre o assunto, para o qual exige providências.

9 - ORLANDO BOLÇONE

Destaca dois eventos ocorridos no dia de hoje, neste Parlamento: a apresentação do relatório da CPI que tratou de acidentes ferroviários, e a visita do vice-governador, Márcio França, que veio fazer a prestação de contas de sua pasta, a de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Discorre sobre ambos os assuntos.

10 - CARLOS NEDER

Reitera defesa para a aprovação do orçamento impositivo. Sugere, no entanto, que sejam feitas adaptações ao projeto apresentado pelo deputado Campos Machado no que tange a áreas como Saúde e Educação. Faz explanação sobre o assunto.

GRANDE EXPEDIENTE

11 - RAUL MARCELO

Tece comentários a respeito da ocupação de escolas estaduais por alunos contrários ao fechamento de unidades. Rebate as justificativas apresentadas para a política de reorganização da Rede Estadual de Ensino proposta pela Secretaria de Educação. Acusa o governo estadual de ter a intenção de privatizar a Educação paulista. Cita estatísticas sobre o desempenho dos alunos no Saresp. Afirma que a qualidade do ensino não pode ser aferida por uma prova. Sugere várias medidas para a melhora da Educação pública em São Paulo e no País. Defende valorização salarial dos professores. Discorre sobre a reconstrução do Japão após o fim da Segunda Guerra Mundial.